

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v16i27.650>

**DITADURA E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL:** as organizações empresariais e de trabalhadores da indústria da construção durante o regime civil-militar (1964-1988)<sup>1</sup>

**DICTATORSHIP AND SOCIAL CLASSES IN BRAZIL:** the business and labor organizations of the construction industry during the civil-military regime (1964-1988)

**DICTADURA Y CLASES SOCIALES EN BRASIL:** las organizaciones empresariales y laborales de la industria de la construcción durante el régimen civil-militar (1964-1988)

PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Rio de Janeiro-RJ, Brasil.  
[phpcampos@yahoo.com.br](mailto:phpcampos@yahoo.com.br)

**Resumo:** O presente artigo dedica-se a analisar a dinâmica da sociedade civil brasileira ao longo da ditadura civil-militar (1964-1988), atentando para a trajetória das formas organizativas do empresariado e dos trabalhadores. Enfatizamos especificamente as formas de associação dos empresários da indústria da construção, percebendo como o Estado ditatorial agiu em relação a esses agentes, em contraste com a política direcionada aos operários do mesmo setor. Verificamos uma intensa repressão às formas de organização popular durante o regime e livre funcionamento das associações empresariais, que se multiplicaram, fortaleceram-se e ampliaram seus canais de ação junto ao aparelho de Estado, com poder de pautar em certa medida as políticas estatais implementadas no período. Concluimos que esse fenômeno levou à redefinição da arena da luta de classes na sociedade brasileira e afetou a forma como se deu o processo de transição política e a correlação de forças com o advento da Nova República.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar. Estado ampliado. Sociedade civil.

**Abstract:** This article analyzes the dynamics of the Brazilian civil society during the civil-military dictatorship (1964-1988), considering the trajectory of the organizational forms of the businessmen and the workers. We specifically emphasize the forms of association of entrepreneurs in the construction industry, perceiving how the dictatorial State acted in relation to these agents, in contrast to the policy directed to the workers of the same sector. We verified an intense repression of the forms of popular organization during the regime and free operation of the business associations, which multiplied, strengthened and expanded their channels of action with the aid of the State apparatus, holding the power to govern, to some extent, the State policies implemented in the period. We conclude that this phenomenon led to the redefinition of the arena of class struggle in the Brazilian society and affected the way in which the process of political transition took place and the correlation of forces with the advent of the New Republic.

**Keywords:** Civil-military dictatorship. Expanded state. Civil society.

**Resumen:** El presente artículo se dedica a analizar la dinámica de la sociedad civil brasileña a lo largo de la dictadura civil-militar (1964-1988), atentando para la trayectoria de las formas organizativas del empresariado y de los trabajadores. Enfatizamos específicamente las formas de asociación de los empresarios de la industria de la construcción, percibiendo cómo el Estado dictatorial actuó en relación a esos agentes, en contraste con la política dirigida a los obreros del mismo sector. Verificamos una intensa represión a las formas de organización popular durante el régimen y libre

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em agosto de 2018 e aprovado para publicação em janeiro de 2019.

funcionamento de las asociaciones empresariales, que se multiplicaron, se fortalecieron y ampliaron sus canales de acción junto al aparato de Estado, con poder de pautar en cierta medida las políticas estatales implementadas en el período. Concluimos que ese fenómeno llevó a la redefinición de la arena de la lucha de clases en la sociedad brasileña y afectó la forma como se dio el proceso de transición política y la correlación de fuerzas con el advenimiento de la Nueva República

**Palabras clave:** Dictadura civil-militar. Estado ampliado. Sociedad civil.

Recentemente os estudos sobre as organizações e movimentos sociais durante o período da ditadura civil-militar têm se ampliado. No seio das discussões envolvendo as comissões da verdade e a partir de novos estudos acadêmicos, as pesquisas sobre empresários<sup>2</sup> e repressão a trabalhadores<sup>3</sup> ao longo do regime multiplicaram-se, revelando um perfil mais completo e detalhado da dinâmica social brasileira durante aquele período. Essas análises vêm ajudando a compreender não só o próprio funcionamento da ditadura, como têm jogado luz sobre algumas peculiaridades do processo de transição política na sociedade brasileira, auxiliando o entendimento de algumas das características do regime democrático que sucedeu à ditadura<sup>4</sup>.

Este artigo pretende analisar a forma como se deu a organização do empresariado e das classes subalternas ao longo do período da ditadura civil-militar brasileira, realizando um estudo de caso sobre os agentes envolvidos com a indústria de construção. Assim, analisamos ao longo do texto as formas de organização dos empresários da construção, assim como os movimentos de operários do setor, tentando perceber qual era a política desenvolvida pelo Estado brasileiro em relação a esses grupos sociais durante aquele período. Enfatizamos as formas organizativas do empresariado, no bojo dos novos estudos que vêm sendo feitos

<sup>2</sup> Algumas das pesquisas desenvolvidas recentemente foram as seguintes: LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-64. In: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Monica de Souza Nunes (Org.). *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 71-102; BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2018; MORAES, Rafael. O governo Castelo Branco e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: as bases do milagre (1964-1967). *América Latina en la Historia Económica*, México: Unam, v. 23, n. 2, p. 64-90, maio/ago. 2016; LOUREIRO, Felipe Pereira. O empresariado paulista e o governo Castelo Branco (1964-1967): notas sobre a montagem da ditadura militar no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DIMENSÕES DO EMPRESARIADO BRASILEIRO, 1., 2017., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ/Uerj, 2017, p. 1-16.

<sup>3</sup> Para estudos recentes sobre trabalhadores, sindicatos e repressão a esses grupos durante a ditadura, ver, por exemplo, CORRÊA, Larissa Rosa. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*. Campinas: Edunicamp, 2017; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Governos militares e trabalhadores do campo: políticas públicas, modernização e mudança social. In: BRANDÃO; CAMPOS; MARTINS, op. cit., p. 159-184; FONTES, Paulo; CORRÊA, Larissa. As falas de Jerônimo: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. In: ESTEVEZ, Alejandra et. al. *Mundos do trabalho e ditaduras no Cone Sul (1964-1990)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018. p. 119-149.

<sup>4</sup> Sobre a nomenclatura do golpe e da ditadura como de caráter civil-militar, apoiamos-nos em DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

sobre o tema e também para perceber a forma diferenciada como a ditadura lidou com as associações e sindicatos desses agentes. Para isso, acessamos fontes primárias produzidas pelas associações empresariais do setor e também revistas que acompanham as atividades da indústria da construção.

### Breves reflexões teóricas

Para estabelecer a análise das formas organizativas das classes subalternas e do empresariado no Brasil, iremos nos apoiar nas elaborações desenvolvidas por Antonio Gramsci. Dentro do seu complexo pensamento, sobressai o conceito de sociedade civil. Assim, Norberto Bobbio afirmou: "Para uma reconstrução do pensamento político de Gramsci, o conceito-chave, o conceito que devemos tomar como ponto de partida, é o de *societade civil*."<sup>5</sup>

Gramsci desenvolveu de forma original e inovadora no materialismo histórico a categoria de sociedade civil. Confrontando-se com o liberalismo e suas variantes, ele criticou a oposição entre Estado e sociedade:

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberismo é uma 'regulamentação' de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva.<sup>6</sup>

Dessa forma, Gramsci criticou a divisão liberal feita entre Estado e sociedade e que advoga por princípios como o de "auto-regulação do mercado" e "não-intervenção do Estado na economia". Assim, para a compreensão do Estado em uma perspectiva teórica totalizante e dialética, baseada nas reflexões do autor, há de se conhecer como se dá a organização da sociedade civil e como os grupos estão distribuídos e associados em entidades sociais.

Sobre as formas organizativas na sociedade civil e suas formas de atuação, principalmente em regimes democráticos, Gramsci desenvolveu interessantes notas, que podem ajudar a compreender a questão a ser decifrada neste artigo:

---

<sup>5</sup> BOBBIO, Norberto. *Gramsci e la concezione della società civile*. Milão: Feltrinelli, 1976. p. 21, grifo nosso.

<sup>6</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*: vol. 3 - Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 [1932-1934]. p. 47.

Mede-se exatamente a eficácia e a capacidade de expansão e persuasão das opiniões de poucos, de minorias ativas, de elites, das vanguardas etc., etc., isto é, sua racionalidade ou historicidade ou funcionalidade concreta. Isto quer dizer que não é verdade que o peso das opiniões de cada um seja 'exatamente' igual. As idéias e as opiniões não 'nascem' espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política da atualidade. O número dos 'votos' é a manifestação terminal de um longo processo, no qual a maior influência pertence exatamente aos que 'dedicam ao Estado e à Nação suas melhores forças' (quando são tais). Se este pretensio grupo de excelências, apesar das infundáveis forças materiais que possui, não obtém o consenso da maioria, deve ser julgado inepto ou não representante dos interesses 'nacionais', que não podem deixar de prevalecer quando se trata de induzir a vontade nacional num sentido e não noutro. 'Desgraçadamente', cada um é levado a confundir seu próprio 'particular' com o interesse nacional, e, portanto, a considerar 'horível' etc., que a decisão caiba à 'lei do número'; o melhor é se tornar elite por decreto.<sup>7</sup>

Esse trecho da obra dos *Cadernos do Cárcere* parece bastante fértil para os propósitos aqui colocados. Ele indica que forças sociais organizam-se no sentido de influenciar o resto da população, inclusive em situações de sufrágio. Usando ironia, o autor indica como essas "minorias ativas" tentam difundir seus interesses particulares, apresentando-os como interesses nacionais, de todos. Assim, o exercício da democracia caracteriza-se justamente não pela expressão dos interesses de todos, ou mesmo das majorias, mas sim de uns poucos grupos sociais altamente organizados que conseguem exercer um mecanismo de liderança e direção sobre os outros grupos sociais. Ao final da citação, Gramsci indica que nem sempre essa operação funciona, justamente por conta do questionamento e resistências de outros segmentos sociais, como as classes subalternas, e muitas vezes o resultado do processo democrático não ocorre da forma como prevista ou demandada pelos grupos dominantes da sociedade. Nessas ocasiões, ele subentende a possibilidade de quebra de ordem e imposição de um regime à força.

Essas reflexões parecem convenientes para o que vamos trabalhar ao longo desse artigo. Analisaremos justamente a trajetória de alguns aparelhos da sociedade civil que se pautaram no sentido de difundir seus valores, projetos e concepções de mundo para o resto da sociedade e também inscrevendo-os junto às agências que compõem o aparelho de Estado, atuando no sentido de pautar as políticas públicas e influenciar a agenda estatal. Não obstante, em alguns momentos delicados da história brasileira, alguns desses organismos defenderam a quebra da ordem institucional, no sentido justamente de proporcionar um cenário mais propício para a defesa de seus interesses "particulares/nacionais".

---

<sup>7</sup> GRAMSCI, op. cit., p. 82.

A partir da sua reflexão sobre a sociedade civil, Gramsci diferenciou o Ocidente e o Oriente, ressaltando a diferente estratégia revolucionária a ser implementada em formações sociais com distinto desenvolvimento da sociedade civil e das formas associativas das classes sociais. Assim, as sociedades ocidentais teriam uma complexa rede de entidades da sociedade civil, o que tornava o processo revolucionário algo diferente do que fora aplicado na Rússia, uma sociedade tipicamente oriental, ou melhor, sem uma sociedade civil fartamente aparelhada por organizações de perfil classista.<sup>8</sup>

### **Sociedade civil, golpe e ditadura civil-militar brasileira**

Carlos Nelson Coutinho afirma que a ocidentalização da sociedade brasileira – ou melhor, de acordo com a acepção gramsciana, o processo de complexificação da sociedade civil, com multiplicação das formas representativas das diversas classes, frações e grupos sociais – é recente e data principalmente do período pós-ditadura. O autor identifica no processo de transição política dos anos 1970 e 1980 um crescimento do associativismo das classes subalternas e das frações dominantes da sociedade, entendendo que data desse período o processo mais intenso de aparelhamento da sociedade civil no Brasil.<sup>9</sup>

Já Pedro Marinho faz uma leitura original e fecunda do conceito gramsciano de Ocidente, percebendo-o não como uma fase ou uma tipologia distinta de Oriente, mas sim como um processo social. Assim, o Ocidente remete à própria complexificação da sociedade civil e multiplicação das formas associativas de uma determinada formação econômico-social em perspectiva histórica.<sup>10</sup>

Estudos indicam que as classes dominantes começaram a se organizar no país já desde a instalação do Estado português na cidade do Rio de Janeiro, em 1808, quando houve a fundação do Corpo de Commercio, entidade que reunia os principais homens de negócio da praça comercial da cidade e que veio a dar origem à Associação Comercial do Rio de Janeiro.<sup>11</sup> Também no século XIX e, de forma similar, tendo como um dos objetivos atuar junto ao Estado e influenciar as políticas públicas, os primeiros agentes que atuavam no

---

<sup>8</sup> GRAMSCI, op. cit.

<sup>9</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1999].

<sup>10</sup> MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. O centauro imperial e o 'partido' dos engenheiros: a contribuição das concepções gramscianas para a noção de Estado ampliado no Brasil Império. In: MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF; Faperj, 2006. p. 55-70.

<sup>11</sup> PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Os simples comissários: negociantes & política no Brasil Império*. Niterói: Eduff, 2014.

segmento fabril começaram a se organizar na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que deu origem posteriormente à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que ganhou esse nome no início do século XX, quando foram formadas a Fiesp e a CNI.<sup>12</sup> Por fim, o empresariado rural começou a se organizar em fins do século XX, em entidades como a Sociedade Nacional de Agricultura, de 1897, e Sociedade Rural Brasileira, fundada em 1919.<sup>13</sup>

No âmbito das classes subalternas, algumas primeiras formas de organização por parte dos trabalhadores, em meio ao processo de transição da escravidão para o trabalho livre, foram identificadas e analisadas na pesquisa de Marcelo Badaró. Em meio a algumas das primeiras iniciativas fabris e empreendimentos urbanos do país no final do século XIX, ele notou algumas formas de experiência e organização inicial por parte desses trabalhadores, que se associavam para demandar seus interesses e direitos.<sup>14</sup> Após a abolição, com a aceleração do processo de urbanização e industrialização, os trabalhadores organizaram-se intensamente no início do século XX. Assim, trabalhos clássicos como os de Boris Fausto<sup>15</sup> e Luiz Werneck Vianna,<sup>16</sup> bem como outros mais recentes mostram a intensa mobilização operária principalmente nas cidades do Rio e de São Paulo na I República, com diversas formas associativas e também a intensa luta e algumas conquistas de direitos sociais e trabalhistas nesse período, o que seria aprofundado nas décadas de 1930 e 1940.

Nos dez anos que antecedem o golpe de 1964, viu-se um processo de intensificação da ocidentalização da sociedade brasileira. No bojo do acelerado processo de urbanização e industrialização do país, em especial durante a administração Kubitschek (1956-1961), houve uma multiplicação expressiva de formas associativas das classes dominantes e das classes subalternas. Essas organizações, ao mesmo tempo, tinham uma expressão de cunho classista, mas também se posicionavam de maneira política em meio aos intensos embates que polarizavam a sociedade brasileira no período. Às vésperas da derrubada do regime democrático, tínhamos uma sociedade complexa e com alta representação na sociedade civil.

---

<sup>12</sup> SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 a 1877*. 1979. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1979; RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998; LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações dos industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

<sup>13</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>14</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidãos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

<sup>15</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

<sup>16</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Relacionado ao empresariado, foram fundadas diversas organizações no decênio anterior ao golpe, como a Associação Brasileira do Desenvolvimento da Indústria de Base (Abdib), em 1955<sup>17</sup>, e o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), em 1963. Ambos sinalizavam o processo de verticalização da industrialização brasileira. Situando-se no campo político conservador, em 1960, houve o advento da Sociedade Brasileira da Tradição, Família e Propriedade (TFP), organização que reunia grupos reacionários da sociedade e que se opunha à esquerda, à reforma agrária e às liberdades individuais, sociais e sexuais. Também dentro desse mesmo campo e com ampla participação no golpe de 1964, foram fundados, em 1959, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e, em 1961, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). Ambos atuaram de maneira combinada às vésperas do golpe para desestabilizar o governo Goulart, eleger candidatos anti-Jango, conspirar para a realização do golpe e formular projetos de políticas públicas a serem implementadas pelo Estado brasileiro, conforme os interesses dos associados. O Ibad tinha uma atuação de cunho mais político e eleitoral, sendo responsável por agremiar recursos para financiar as campanhas de candidatos contrários ao grupo político de Goulart, inclusive com recursos de empresas estrangeiras e mutinacionais. Foi alvo de CPI e tornado ilegal, dada a revelação de uso de dinheiro não permitido pela Constituição em campanhas eleitorais. Já o Ipes funcionava como centro aglutinador de empresários, principalmente os relacionados ao capital internacional e associado, e oficiais militares, principalmente os ligados à Escola Superior de Guerra (ESG). Captou quadros e ajudou a elaborar alguns projetos e políticas estatais que foram implantados após o golpe de 1964.<sup>18</sup>

Esse não foi só um momento de intensificação da organização dos empresários e do campo conservador. Também as classes populares tiveram um momento de avanço significativo na sua organização. Em meio a um período de crescente inflação, êxodo rural, ampliação da quantidade de trabalhadores empregados nas fábricas e outras formas de emprego no setor urbano, houve uma intensificação das lutas operárias, greves e mobilizações no campo progressista.

---

<sup>17</sup> Organização que foi analisada por Renato Raul Boschi em BOSCHI, Renato Raul; DINIZ, Eli. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

<sup>18</sup> DREIFUSS, op. cit. Sobre o Ipes, ver também as pesquisas de ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do Golpe: 1962-1964*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2001; RAMÍREZ, Hernan. *Corporaciones em el poder: institutos económicos y acción política em Brasil y Argentina*; Ipes, Fiel y Fundación Mediterránea. San Isidoro: Lenguaje Claro, 2007; BORTONE, Elaine de Almeida. *A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) na Reforma Administrativa da Ditadura Civil-Militar*. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) - UFF, Niterói, 2013; SPOHR, Martina. *American Way of Business: o empresariado brasileiro e norte-americano no golpe empresarial-militar de 1964*. 2016. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

No ambiente rural, esse foi um período de intensificação da atuação das Ligas Camponesas e de crescente sindicalização dos trabalhadores do campo, o que inquietava os proprietários de terra. Isso ocorreu principalmente após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963. Não à toa, essas formas de organização seriam altamente reprimidas nos anos iniciais da ditadura e o campo seria um ambiente especial de cerceamento das formas de organização dos trabalhadores no país após o golpe de 1964.<sup>19</sup>

No ambiente urbano, houve intensificação da organização sindical, das greves e outras formas de mobilização dos operários e outras frações da classe trabalhadora. A classe chegou a se organizar em grandes confederações, que abrangiam uma quantidade expressiva de pessoas, como o Comando Geral dos Trabalhadores, formado em 1962, e que também foi um dos principais alvos da repressão após o golpe de 1964.<sup>20</sup>

Outras organizações do campo progressista estavam em franco desenvolvimento no período. Assim, as associações estudantis multiplicavam-se e se fortaleceram-se. A União Nacional dos Estudantes (UNE) cumpria um papel de aglutinador de várias formas de luta dentro das bandeiras do campo de esquerda e eram várias as organizações estudantis que disputavam a organização. Da mesma forma, entre os partidos do campo progressista, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) teve votação crescente até o golpe de 1964, tendo quantidade de votos cada vez maiores em cada eleição para os cargos proporcionais. O partido chegaria ao topo do seu poder justamente com as eleições de 1962, quando se tornou a segunda força dentro da Câmara dos Deputados. O PCB, mesmo ilegal, teve uma escalada significativa do seu poder e influência às vésperas do golpe. Jacob Gorender afirma que o partido chegou a um grau de força inédito no governo Goulart e que desenvolveu uma inserção inédita nos movimentos sociais e trabalhistas. Esse é o período também de advento do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), oriundo dos quadros do PCB e discordante de certas orientações tomadas pelo partido. A nova sigla foi fundada em 1962.<sup>21</sup>

A sociedade brasileira complexificou-se e tornou-se mais diversa e criativa às vésperas do golpe de 1964. Roberto Schwarz refere-se a um "país irreconhecivelmente inteligente", com novos movimentos políticos e também culturais, como a bossa nova, a tropicália, o teatro novo, o cinema novo, uma literatura fervilhante e as atividades do Centro Popular de Cultura da UNE, dentre outras atividades.<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

<sup>20</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>21</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira; das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

<sup>22</sup> SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Dessa forma, podemos nos referir a um processo de aceleração da ocidentalização da sociedade brasileira no decênio que antecede o golpe de 1964. No entanto, a deflagração do golpe e a imposição da ditadura fizeram regredir, ao menos em parte, essa tendência:

A modernização capitalista acelerada – a ferro e fogo – sob a ditadura militar, entretanto, aprofundaria as formas associativas pré-existentes – aparelhos privados de hegemonia – em grande parte ligados aos próprios setores dominantes e expressando interesses corporativos empresariais, uma vez que a seletividade repressiva e autocrática estrangulou as vias de crescimento das entidades organizativas populares. Após o golpe de Estado civil-militar de 1964, houve uma importante expansão de associações empresariais por setores e ramos da produção a partir da década de 1970, as chamadas ‘associações paralelas’, que duplicavam a estrutura de representação empresarial oficial, de cunho corporativo-estatal.<sup>23</sup>

Virginia Fontes destaca a repressão às organizações dos trabalhadores ao passo que as entidades empresariais não sofreram perseguição, foram mantidas e ampliaram seus canais de inserção e atuação no Estado restrito, o que expressa a forma como se deu o processo de ocidentalização da sociedade brasileira nos anos de ditadura civil-militar. Partindo da concepção ampliada de Estado de Gramsci, a autora desenvolve essa análise para se referir ao processo parcial do avanço da organização da sociedade civil brasileira após o golpe de 1964, que permitiu o crescimento do associativismo da classe dominante, bem como sua estruturação e mais amplo acesso ao aparelho de Estado, ao passo que reprimiu, fechou, cassou e impediu o associativismo das classes populares. Assim, o regime civil-militar teve uma atuação seletiva em relação às formas de organização das classes sociais no âmbito da sociedade civil.

Na prática isso se expressou na forma de permissão do funcionamento das organizações empresariais e do campo conservador, ao passo que as progressistas e dos trabalhadores eram reprimidas. Assim, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) foi desmantelado logo após o golpe, assim como as Ligas Camponesas. O edifício-sede da UNE (União Nacional dos Estudantes) foi incendiado na noite do golpe e a organização altamente perseguida e sistematicamente desmantelada com repressão ao seu congresso clandestino em Ibiúna, no ano de 1968. Os sindicatos urbanos e rurais foram reprimidos, tendo lideranças presas, torturadas e até mortas, além de alguns terem sofrido intervenção. Logo após o golpe, o governo interveio em 563 diretorias de sindicatos de trabalhadores pelo país e realizou intervenção em quatro das seis confederações de trabalhadores. Em seu lugar, foram impostos interventores e os sindicatos passaram a ter um papel mais assistencialista e menos político. A

---

<sup>23</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010. p. 224-225.

política de repressão às organizações dos trabalhadores serviu para impedir a resistência às políticas de contenção salarial e retirada de direitos, como o da estabilidade em empresas privadas após dez anos de serviço.<sup>24</sup>

Com a repressão às formas originais de organização dos trabalhadores, as classes populares passaram a tentar se estruturar a partir de formas alternativas. Assim, a resistência foi transferida para associações de bairro e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Em 1967, os sindicatos tentaram se rearticular e criaram o Movimento Inter-sindical Antiarrocho (MIA). No entanto, a repressão da ditadura se abateu também sobre essas formas de organização dos trabalhadores, principalmente após o Ato Institucional número 5, de dezembro de 1968.<sup>25</sup>

Vejam agora como se deu esse processo particularmente em um segmento, o das organizações da indústria da construção civil. Após analisar de forma panorâmica a repressão sobre os trabalhadores após o golpe de 1964, enfatizaremos as associações empresariais do setor. Em primeiro lugar, é preciso conhecer as entidades empresariais do setor e sua organização prévia em relação ao golpe de 1964.

### **As organizações empresariais da construção civil**

O segmento da engenharia estruturou-se no Brasil inicialmente no final do século XIX. Em 1880, no Rio de Janeiro, foi fundado o Clube de Engenharia. Mais do que uma organização de cunho corporativista, o clube foi dirigido desde as suas origens por empresários que tinham atuação no ramo da engenharia. O órgão dispõe de um caráter de classe e isso caracteriza suas ações, em particular junto ao poder público. O Clube de Engenharia proveu vários prefeitos para a cidade do Rio e tinha uma atuação intensa junto ao poder municipal, sugerindo intervenções e políticas urbanas e fornecendo empresas dirigidas pelo seu quadro social para realizar essas ações. Assim, o Clube de Engenharia parece ter sido um primeiro organismo de atuação dos empresários do ramo da construção civil. Porém, seu raio de ação estava muitas vezes circunscrito à cidade do Rio de Janeiro, apesar de matérias

---

<sup>24</sup> SINGER, Paul Israel. *A crise do Milagre: interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>25</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; LISBOA, Fátima Sebastiana Gomes; SIMÕES, Mariza. O regime militar e a reorganização sindical, 1965-1970. In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (Org.). *Rio de Janeiro operário*. Rio de Janeiro: Access, 1992. p. 393-438.

da *Revista do Clube de Engenharia* muitas vezes se dedicarem a temas como modais de transportes usados no país e o problema da seca na região Nordeste.<sup>26</sup>

Organizações congêneres foram firmadas ao longo do século XX em outras cidades brasileiras, como São Paulo e Minas. No entanto, essas organizações guardavam algumas limitações, já que tinham cunho local e regional e também não eram propriamente empresariais ou restritas aos donos de firmas de construção civil.

Uma organização específica dos empresários da construção civil veio à tona no Rio em 1919. A Associação da Indústria da Construção Civil (AICC) foi fundada por 92 donos de construtoras cariocas. Eram empresas especializadas no mercado imobiliário e que realizavam intervenções urbanas e conjuntos habitacionais. Com as mudanças legais na regulamentação do trabalho, a organização tornou-se o Sindicato da Indústria da Construção Civil da cidade do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio) em 1941. Esses empresários tinham interesse e atuação sobre o poder municipal, possuindo uma interface com a imprensa carioca.<sup>27</sup>

As empresas do ramo de infraestrutura também formaram suas próprias entidades, inicialmente em nível regional. Em 1947, foi fundada a Associação Paulista dos Empreiteiros de Obras Públicas (Apeop), organização de empresários que atuavam principalmente junto a órgãos municipais e estaduais de São Paulo, como o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP), que contratava obras rodoviárias. Trata-se da primeira organização específica de empreiteiras de obras públicas, em uma associação que não incluía apenas empresas de construção de uma forma geral.<sup>28</sup>

Com o desenvolvimento do mercado brasileiro de obras de infraestrutura e a escalada na importância das agências federais de contratação desses empreendimentos, as empresas passaram a se organizar em nível nacional, o que ocorreu marcadamente em meio à gestão Kubitschek. As obras do Plano de Metas, em especial no campo de energia, transportes – sobretudo as rodovias –, e a nova capital federal aqueceram as atividades das firmas de engenharia, fazendo com que elas crescessem e facilitando a sua organização em nível nacional. Isso ocorreu tanto como fruto do aquecimento das atividades do setor de construção, como por reação à própria organização dos trabalhadores. Assim, um caso emblemático de associação de empresários nesse período deu-se justamente na construção da nova capital

---

<sup>26</sup> HONORATO, César Teixeira (Org.). *O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil*. Rio de Janeiro: Venosa, 1996.

<sup>27</sup> MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! as campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. 2008. Tese (Doutorado em História) - UFF, Niterói, 2008.

<sup>28</sup> APEOP (GUEDES, Henrique). *A outra face do empreiteiro*. São Paulo: Pini, 1977.

federal. Nos canteiros do planalto central, em meio a greves, reivindicações, denúncias de usos da violência e massacre pelas empresas e órgãos oficiais, os empresários formaram a Associação dos Construtores e Empreiteiros de Brasília (Aceb ou Acebra), que reunia 48 empresas. A Aceb atuava contra o aumento do salário mínimo e chegou a se unir à Federação das Indústrias do Estado de Goiás e do Distrito Federal para que o Ministério do Trabalho tornasse ilegais as greves dos trabalhadores da construção locais. Em 1964, a associação mudou seu caráter institucional, tornando-se o sindicato patronal da indústria da construção civil de Brasília, o Sinduscon-DF.<sup>29</sup>

No entanto, o organismo empresarial que ganha certo destaque no ramo das empresas de engenharia é o Sindicato Nacional da Construção Pesada (1959). Formado na cidade do Rio de Janeiro e reunindo apenas os construtores dedicados prioritariamente às obras públicas, o sindicato sobressai em meio às outras organizações do setor pela sua estreita interface com algumas agências estatais e intensa atuação política. Também como resposta à crescente organização dos trabalhadores do setor – atuando para conter a conquista de direitos e salários por parte dos operários – e ao desenvolvimento do mercado de infraestrutura, o órgão foi fundado por mais de 40 empresários<sup>30</sup> que tinham como um dos seus principais clientes o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Trata-se da agência do governo federal que contrata as obras rodoviárias – construção, pavimentação, melhoramento, ampliação e reforma. O organismo estatal crescera muito de importância ao longo do governo JK e o engenheiro Lafayette Prado indica que o departamento ganhou no período um "status virtualmente ministerial"<sup>31</sup>, quando era comandado por Régis Bittencourt. O Sinicon parece ter como uma de suas funções o entendimento dos empresários acerca de como agir conjuntamente diante dos editais e concorrências. Assim, o boletim interno do sindicato trazia o seguinte tópico no ano de 1984: "O Sinicon quer dividir obras rodoviárias"<sup>32</sup>. Parece que uma das atividades do sindicato era justamente a de combinar resultados de licitações e distribuir obras entre os seus associados.

No entanto, para além das prerrogativas de ordem econômico-corporativo, o Sinicon desenvolveu atividades mais ousadas em meio à conjuntura histórica intensa vivida no início dos anos 1960 no Brasil. Assim, o seu primeiro presidente foi Haroldo Poland,<sup>33</sup> presidente da empreiteira Metropolitana e ativo colaborador do Instituto de Pesquisas e

<sup>29</sup> SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. *Operários e política: estudo sobre os trabalhadores da construção civil de Brasília*. 1978. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UnB, Brasília, 1978.

<sup>30</sup> SINICON. *Ata da Reunião de Fundação do Sinicon*. 10 de março de 1959. Rio de Janeiro: Sinicon, 1959.

<sup>31</sup> PRADO, Lafayette. *Transportes e corrupção: um desafio à cidadania*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 287.

<sup>32</sup> SINICON. *Informe Sinicon*. Rio de Janeiro: Sinicon, nº 1, ano I, Edição de 6 de fevereiro de 1984.

<sup>33</sup> SINICON. *Estatuto Social e Regulamento Eleitoral*. Rio de Janeiro: Sinicon, 2004.

Estudos Sociais (Ipes). Poland teve uma participação muito ativa no golpe de 1964 e levou outros empresários do Sinicon a colaborar e participar das atividades do Ipes.<sup>34</sup> Próximo de empresas multinacionais e de alguns oficiais militares, como o coronel Golbery do Couto e Silva – de quem era extremamente próximo –, Poland saiu armado de casa na noite do golpe para a casa do jornalista David Nasser e de lá operou uma série de contatos e ações que deram suporte à derrubada da democracia e do governo constitucional.<sup>35</sup> O envolvimento do Sinicon na rede de organizações envolvida na iniciativa golpista indica como naquele momento algumas organizações com perfil de classe tiveram um posicionamento claro em meio à polarização da sociedade e processo decisório do golpe de Estado.

### **Correlação de forças na sociedade civil e organizações empresariais – o caso da indústria de construção**

A repressão que se abateu sobre as organizações das classes subalternas após o golpe não atingiu as associações empresariais, que mantiveram suas atividades e ampliaram seu canal de acesso ao Estado. Com o apoio de seus vários integrantes ao golpe de 1964, os empreiteiros do Sinicon passaram a gozar de uma entrada mais facilitada junto a órgãos governamentais. Ao longo da ditadura, as políticas foram favoráveis às empresas do setor, sendo que algumas medidas tomadas partiram das próprias demandas das organizações empresariais.

Assim, de modo a ilustrar esse poderio controlado por empresários durante o regime, é interessante voltar os olhos para duas decisões que costumeiramente são vistas como atos autoritários e deliberados do poder Executivo em um contexto ditatorial. O primeiro deles foi problematizado em profícuo artigo de autoria de Mário Grynszpan e Marieta de Moraes. A fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1975 é vista por autores que se dedicaram ao tema como um típico ato autocrático da ditadura brasileira. No entanto, ponderando fatores como a redução do poder do MDB após a derrota eleitoral em 1974 e a reorganização das forças federativas do país, Grynszpan e Moraes chamam a atenção para um fator pouco visitado pela literatura sobre o assunto, qual seja, o do pleito e apoio das organizações empresariais à união dos dois estados. A fusão foi precedida de uma intensa campanha tocada por organizações como a Fiega (Federação das Indústrias do Estado da Guanabara), ACRJ (Associação Comercial do Rio de Janeiro), Clube de Lojistas da

---

<sup>34</sup> DREIFUSS, op. cit.

<sup>35</sup> CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas*: David Nasser e O Cruzeiro. São Paulo: EdSENAC-SP, 2001.

Guanabara e Clube de Engenharia, que tinham interesses e viam vantagens na união das duas federações. Assim, mais do que um ato do Estado forte contra uma sociedade fraca, deve-se levar em conta que a fusão, no mínimo, teve o suporte de organizações empresariais.<sup>36</sup>

De forma similar, várias medidas tomadas após o AI-5 foram dadas como simplesmente autoritárias e fruto do contexto francamente ditatorial inaugurado pelo ato. Em 1969, através de decretos-lei, com o Congresso nacional fechado, o Executivo legislou em questões econômicas, a respeito de temáticas que antes deveriam passar pela Câmara e pelo Senado. O Decreto 64.345, de 10 de abril de 1969, instituiu a reserva de mercado no segmento de obras públicas e projetos. A medida proibia a atuação de empresas estrangeiras atuando nesse setor no país em empreendimentos contratados por órgãos públicos. Assim, a partir de então, qualquer projeto de obra ou empreendimento público deveria ser contratado exclusivamente junto a uma empresa nacional, com sede no país e capital de controle de brasileiros.<sup>37</sup>

A medida pode parecer uma iniciativa nacionalista ou um simples gesto autoritário do regime. No entanto, de forma similar ao que ocorreu na fusão, o mesmo foi precedido por uma intensa campanha realizada por organizações empresariais do segmento da engenharia. A movimentação inaugurada em 1964 chamada "A engenharia é nossa" ou "Em defesa da engenharia nacional" foi uma iniciativa de empresários do Clube de Engenharia que se opunham à política do governo Castelo Branco de privilegiar firmas estrangeiras para realização de projetos de obras e planejamento de empreendimentos no país. Esses empresários receberam o apoio de outras associações, como o Instituto de Engenharia de São Paulo e outros, e passou a demandar a isonomia com empresas de fora ou um leve favorecimento para empresas nacionais. Usaram como modelo a legislação norte-americana do período Eisenhower, o *Buy American Act*, que determinava a prioridade a empresas norte-americanas nas compras governamentais. Eles usaram seus meios de influência, como o acesso à imprensa, a inserção no Crea (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) – que chegou a impedir o registro de empresas estrangeiras para operar no país – e a aproximação com militares, sobretudo os "nacionalistas autoritários"<sup>38</sup> presentes no governo Castelo, como

---

<sup>36</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; GRZYNSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 74-100, 1994.

<sup>37</sup> CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. *Estado e empreiteiros no Brasil: uma análise setorial*. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UNICAMP, Campinas, 1993.

<sup>38</sup> STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975 [1971].

o ministro Artur da Costa e Silva e seus assessores, Afonso de Albuquerque Lima e Mario David Andreazza<sup>39</sup>.

De forma a ilustrar o caráter da campanha liderada pelo Clube de Engenharia, que redundou na elaboração de um livro contendo as propostas expressas pelos seus formuladores, segue o texto da Introdução da obra preparada como resultado da campanha:

Esta divulgação é tanto mais oportuna quanto o nôvo Governo Federal demonstra estar consciente do problema e atento às necessidades nacionais, conforme incisivos pronunciamentos de seu escalão superior.

Dessa forma, surge a real perspectiva de que o processo de sufocamento da engenharia brasileira tenha paradeiro e de que sejam tomadas medidas concretas de defesa e estímulo dêsse setor essencial ao crescimento econômico do País.<sup>40</sup>

Pode-se perceber como a iniciativa teve o objetivo de influir sobre o Estado restrito e as políticas estatais. Dessa forma, as entidades patronais – como era o Clube de Engenharia – não deixaram de atuar ao longo da ditadura. Pelo contrário, encontraram ali um ambiente ainda mais propício para o desenvolvimento desse tipo de prerrogativa, dado o perfil de classe do regime.

Assim, a campanha deflagrada por empresários do Clube de Engenharia inspirou a decisão de estabelecer uma reserva de mercado no setor de obras e projetos de engenharia no Brasil a partir de 1969. A medida beneficiou amplamente o empresariado brasileiro do setor de engenharia, visto que garantiu um mercado excepcional de obras exclusivamente às empresas nacionais, facilitando os acordos e divisão de trabalhos entre esses empresários, e isso em meio ao maior pique de obras da história brasileira, ocorrido na década de 1970.

Para além de algumas políticas implementadas nesse período, a própria organização da sociedade civil expressava essa ambivalência com que a ditadura tratava as organizações da classe dominante e das classes dominadas. No segmento da construção civil, para além do maior acesso aos canais do poder e capacidade de influência sobre as políticas públicas, o setor foi reforçado com novas organizações, fundadas após o golpe de 1964 e que caracterizavam um processo de complexificação da organização e representação dos empresários do setor.

Assim, pouco mais de um mês após o golpe de 1964, foi fundada em São Paulo, em 23 de maio de 1964, a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi). A organização reunia empresas vinculadas ao segmento da engenharia da montagem industrial. Trata-se de um ramo específico das firmas do setor e que reunia empresas que possuíam

---

<sup>39</sup> CLUBE de Engenharia. *Luta pela Engenharia Brasileira*. Rio de Janeiro: Engenharia, 1967.

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 9.

principalmente uma atuação junto à Petrobrás, em especial na condição de fornecedoras de serviços de engenharia. A Abemi engajou-se na campanha "em defesa da engenharia nacional" e cresceu bastante em poder e força política, principalmente a partir de meados da década de 1970, no compasso da própria expansão da Petrobrás e da montagem dos equipamentos e máquinas para a exploração dos poços de petróleo da Bacia de Campos.<sup>41</sup>

Referendando essa característica, pode ser citada uma nota publicada pela Abemi na imprensa em 2006 em função de denúncias feitas acerca das relações Abemi com a companhia estatal brasileira de petróleo:

Desde a sua fundação, a ABEMI mantém estreita relação com a Petrobras, tendo seus associados participado dos esforços de desenvolvimento dos empreendimentos da Petrobras nos últimos 42 anos, projetando e construindo refinarias, plataformas off shore, terminais, dutos, etc.<sup>42</sup>

No caso, parlamentares da oposição denunciavam que empresas associadas à Abemi fizeram doações eleitorais aos candidatos dos partidos da situação para manter contratos com a estatal. No centro dos ataques, estava o programa Prominp, parceria das duas instituições feita sem licitação, na qual a associação formava quadros técnicos para trabalhar na Petrobrás<sup>43</sup>.

No ramo do saneamento, foi fundada no Rio de Janeiro, em 1966, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes). Reunindo empresas relacionadas à engenharia do saneamento, a organização dispunha de uma relação com o aparelho de Estado que chegava a níveis realmente impressionantes. Isso porque, apesar de ser uma entidade privada, que contava com associados compostos majoritariamente por empresas particulares, a Abes tinha sua sede inicial nas dependências do edifício do Banco Nacional de Habitação (BNH), empresa pública criada em 1964. Assim, a proximidade com o aparelho de Estado nesse caso era ainda mais flagrante do que em outras situações. A Abes teve uma importância no processo de sugestão e apoio a políticas desenvolvidas no período, como o Plano Nacional de Saneamento.<sup>44</sup>

Nos estados, também houve o fortalecimento das formas organizativas dos empresários do segmento da engenharia. Mesmo em regiões onde já havia representações dessas empresas, foram fundadas outras entidades. Em 1967, foi fundado o Sindicato da

---

<sup>41</sup> CHAVES, Marilena. *Indústria da construção no Brasil: desenvolvimento, estrutura e dinâmica*. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1985.

<sup>42</sup> O Globo. Nota de esclarecimento. 22 de novembro de 2006. p. 3

<sup>43</sup> O Globo. 20 de novembro de 2006. p. 3

<sup>44</sup> *O Empreiteiro*. Edição de novembro de 1980, n. 155.

Construção Pesada do Estado de São Paulo (Sinicesp). O órgão competia com a Apeop e abrangia empresas com perfil rodoviário, atuando junto ao DER-SP. É digno de nota e representativo do processo de ampliação seletiva da sociedade civil o fato de o sindicato expor com orgulho em sua memória o documento do Ministério do Trabalho, assinado por Jarbas Passarinho e emitido em 1968, autorizando o organismo a funcionar como representação sindical com registro na estrutura do Estado. O sindicato teve um poder crescente na ditadura e conta com publicações, como a revista *Infra-estrutura*, e premiações, como a Moeda do Mérito Rodoviário Washington Luís.<sup>45</sup>

O Sinicesp atuava junto ao aparelho de Estado paulista com críticas, mas também no sentido da “colaboração”. Dessa forma, em 1971, a Apeop e o Sinicesp fizeram convênio com o DER-SP para definir as obras rodoviárias prioritárias para o ano de 1972, em grupo de trabalho liderado pela Secretaria Estadual de Fazenda. A elaboração de projetos e sugestão de diretrizes políticas era outra marca da atuação da Apeop, havendo caso emblemático em 1972, quando a associação reclamou dos efeitos da centralização de recursos na esfera federal, destacando que a medida havia reduzido as verbas estaduais disponíveis para obras. A Apeop defendeu então a redução dos gastos de custeio pelo governo paulista, de modo a liberar maior contingente financeiro para os investimentos, propondo as seguintes medidas:

1- Aumento cada vez maior dos investimentos; 2- programação financeira adequada para pagamento das obras contratadas; [...] 4- programação de longo prazo para permitir reequipamento no setor, de tal forma que as alterações de natureza política não venham a provocar interrupções no ritmo das construções.<sup>46</sup>

A citação, que traz diretrizes para as políticas estatais indica como essas organizações empresariais tinham interesse e estavam atentas às ações estatais e como elas faziam demandas e requisições no sentido de defender seus projetos e interesses.

De forma similar ao Sinicesp, houve a formação de organizações em Minas e no Rio. Assim, em 1968, foi fundado o Sindicato da Construção Pesada de Minas Gerais (Sicepot-MG), sediado em Belo Horizonte, por iniciativa de 55 empresas do estado. O sindicato abrange as empreiteiras mineiras, possui um centro de memória e tem intensa inserção junto a agências estaduais, como o DER-MG e a Cemig.<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> SINICESP [Luiz Roberto de Sousa Queiroz]. *A saga da construção pesada em São Paulo*. Vinhedo, SP: Avis brasiliis, 2008.

<sup>46</sup> *O Empreiteiro*. Edição de janeiro de 1972, n. 48.

<sup>47</sup> SICEPOT-MG. *Rumo ao futuro: a construção pesada e o desenvolvimento de Minas*. Belo Horizonte: Sicepot-MG, 2005.

Antes de sua fundação, os empreiteiros de Minas eram representados, até a década de 1950, nas duas principais formas organizativas da burguesia mineira, a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) e a Associação Comercial de Minas Gerais (ACMG). Em meados dos anos 50, foi formado o Sinduscon-MG, que abrangia construtores voltados para as edificações urbanas, empreiteiros de obras públicas e outros empresários do ramo da engenharia. Em 1959, algumas empresas mineiras participaram da fundação do Sinicon, no Rio. Segundo o relato da memória do Sicepot, a formação de um sindicato nacional não deu conta da demanda dos construtores de Minas Gerais:

Entretanto, divergências quanto à política de defesa do setor colocaram em confronto as grandes corporações e um grupo considerável de pequenas e médias empresas mineiras. Esse grupo é que iria fundar, em 1968, a Associação Profissional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens, Terraplanagem e Pavimentação de Minas Gerais, primeira entidade do setor e que daria origem ao Sicepot-MG.<sup>48</sup>

A passagem é emblemática desse processo de ocidentalização parcial e limitado que ocorreu na sociedade brasileira ao longo da ditadura. Enquanto as organizações populares eram vigiadas, perseguidas, reprimidas e proibidas de operar, as organizações do empresariado multiplicavam-se. Várias entidades formadas nesse período remetiam ao desenvolvimento da atividade econômica no período – que teve expressivo crescimento especificamente no segmento da indústria da construção – e também desentendimentos e desacordos entre grupos de empresários.

Já no Rio de Janeiro, houve o advento de uma entidade estadual de empresários no mesmo ano da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Assim, em 1975, foi criada a Associação dos Empreiteiros do Estado do Rio de Janeiro (Aeerj). Com intensa força política, atuação junto à imprensa e penetração em agências como a Cedae e outras autarquias, a associação mantém a revista *Construir* e tem forte inserção junto à dinâmica política do estado, com organização de debates, apresentação de candidaturas e financiamento eleitoral.<sup>49</sup>

A Aeerj foi fundada em momento bastante grave da ditadura, com vigência do AI-5, repressão a grupos de esquerda e perseguição aos trabalhadores. No entanto, a situação da entidade no período de sua formação não parece ter sido adversa, conforme relata a memória da associação:

---

<sup>48</sup> SICEPOT-MG. *Rumo ao futuro...* op. cit., p. 183.

<sup>49</sup> AEERJ. *AEERJ 30 Anos: 30 anos de obras públicas no Rio de Janeiro (1975-2005)*. Rio de Janeiro: AEERJ, 2005.

O fato de o prefeito Marcos Tamoio (1975-1979) ser engenheiro civil, explicou Francismar, fazia toda a diferença no trato da AEERJ com o poder público porque o entendimento era muito mais fácil. [...]

Com o fim do governo Tamoio, a AEERJ decidiu homenagear o prefeito com um jantar, realizado no Hotel Intercontinental. Esta superprodução foi a primeira festa promovida pela associação.<sup>50</sup>

O trecho do livro sobre a história da Aeerj relata a boa relação que a entidade mantinha com o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, engenheiro e nomeado diretamente pela ditadura. A menção ao encontro entre empresários e o alcaide é indicativa da inserção empresarial no aparelho de Estado no período e bom trânsito que os empreiteiros da Aeerj mantinham junto ao poder político municipal.

Outras organizações de empresários vieram à tona ao longo da ditadura. Assim, após o choque internacional do petróleo e, em meio à guinada política para a realização de investimentos no setor ferroviário, foi fundada em 1977 a Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer). A entidade abrangia firmas relacionadas à realização de obras e equipamentos ferroviários e defendia a ampliação das inversões na malha de estradas de ferro ao longo do território brasileiro.<sup>51</sup>

Para além do setor de infraestrutura, o mercado imobiliário desenvolveu-se no período, em meio aos investimentos proporcionados pelo BNH e a expansão da construção de imóveis nas cidades brasileiras, com o êxodo rural e a intensa urbanização do período. Assim, em 1971, foi criada no Rio de Janeiro a Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-RJ). Essa entidade reúne uma série de empresas relacionadas ao mercado de imóveis da cidade, em particular as construtoras. Há uma atuação da mesma junto ao poder municipal e interesse sobre políticas de valorização do terreno, fornecimento de serviços públicos, zoneamento urbano etc.<sup>52</sup>

Sobre o contexto no qual a associação foi formada, a própria página eletrônica da Ademi assim indica:

Em 1971, o setor de construção deu uma deslanchada muito grande. A criação do BNH, em 1967 [sic], e a Lei 4591 das Incorporações haviam facilitado imensamente a obtenção de financiamento. O que se via era um imenso *boom* imobiliário: os imóveis lançados eram vendidos e havia até ágio para a sua recompra.<sup>53</sup>

<sup>50</sup> AEERJ, op. cit., p. 42-3.

<sup>51</sup> *O Empreiteiro*. Edição de maio de 1984, n. 198.

<sup>52</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar*. Niterói: Eduff, 2014.

<sup>53</sup> [www.ademi.webtexto.com.br](http://www.ademi.webtexto.com.br). Acesso em: 5 abr. 2007.

Vê-se na memória da entidade como há uma certa saudade em relação ao período da ditadura, época bastante propícia para a atuação das empresas do setor da indústria da construção, não só pelas formas de favorecimento direta por parte do aparelho de Estado e das políticas públicas, mas também pelos mecanismos de repressão e amordaçamento dos operários do setor, o que incorria em benefícios aos empresários. O texto faz referência ao Banco Nacional de Habitação (BNH), fundado em 1964, mas que intensificou suas atividades e financiamentos a partir de 1967, quando passou a contar com os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Além das entidades fundadas no período, notamos no ramo da construção civil a intensificação da realização de encontros regionais e nacionais do setor. Assim, essas organizações empresariais ampliaram ou iniciaram a elaboração de eventos nos quais eram discutidos elementos da conjuntura e eram convidadas autoridades de agências estatais. Assim, desde 1972, é organizado de forma bienal o Encontro Nacional da Construção (Enco), uma iniciativa de várias entidades patronais e que conta com muitos representantes de empresas, associações e a presença de ministros, presidentes e diretores de estatais etc. Trata-se de mais um canal de interlocução dos agentes privados do setor com as agências do aparato estatal, sinalizando o processo de intensificação da inserção empresarial no Estado brasileiro nesse período. Para além dos Enco's, as diversas organizações empresariais do setor promovem periodicamente encontros, reuniões, seminários e outras atividades que proporcionam um caráter mais orgânico dos empresários do setor, e possibilitam seu acesso e contato contínuo com agentes do poder estatal.<sup>54</sup>

Conforme pode-se ver no quadro I, a iniciativa não teve descontinuidade. Pelo contrário, teve sequência firme ao longo de todo o período da ditadura:

Quadro 1 – Os Encontros Nacionais da Construção:

<b>Encontro:</b>	<b>Instituição organizadora:</b>	<b>Local:</b>	<b>Data:</b>
I Enco	Instituto de Engenharia-SP	São Paulo	Janeiro de 1972
II Enco	Clube de Engenharia-RJ	Rio de Janeiro	Dezembro de 1974
III Enco	Sociedade de Engenharia-RS	Porto Alegre	Abril de 1976
IV Enco	Sociedade Mineira de Engenharia	Belo Horizonte	Julho de 1978
V Enco	Clube de Engenharia-BA	Salvador	Outubro de 1980
VI Enco	Clube de Engenharia-PE	Recife	Março de 1982
VII Enco	Instituto de Engenharia-PR	Curitiba	Julho de 1984

Fonte: *Informe Sinicon*. Edição de 2 de julho de 1984, nº 19, ano I; *O Empreiteiro*, n. 48; 77; 112; 170; 201.

<sup>54</sup> *O Empreiteiro*. Edição de janeiro de 1972, n. 48.

Outras iniciativas de seminários e encontros reunindo empresários e representantes do poder público eram propostos por organizações de empreiteiros no período. Assim, o Sinicon organizou em setembro de 1968 o I Seminário “A Rodovia como Fator do Desenvolvimento”, no Rio, visando

estabelecer um diálogo entre a iniciativa privada e o governo, a fim de definir os problemas e as perspectivas da construção rodoviária no País, a curto, médio e longo prazo. Autoridades federais e estaduais participarão dos debates [...] Com a colaboração do ministro Mario Andreazza, os construtores passarão, agora, a dar colaboração de seus conhecimentos técnicos a um grupo interministerial, ainda a ser formado, e que deverá funcionar permanentemente para a planificação da política de investimentos em rodovias.<sup>55</sup>

O seminário contava com a presença de Andreazza, de Eliseu Resende (diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER), Hélio Beltrão (ministro do Planejamento), além de diretores dos DER's (Departamento de Estradas de Rodagem) regionais. Os temas nele discutidos foram divididos em: a) verbas orçamentárias voltadas à construção de estradas, b) a aplicação do Fundo Rodoviário, c) a estrada como fator de desenvolvimento, d) mão de obra empregada na construção de estradas, e) inversões em equipamentos rodoviários, f) a indústria de fabricação de máquinas rodoviárias.<sup>56</sup>

Esses são alguns exemplos de organizações que foram criadas, mantidas e ampliadas no período. Em paralelo ao que ocorreu no setor de construção civil, é possível verificar a ampliação das formas associativas de outros ramos do empresariado, como o da mineração, conforme indica a pesquisa de Ana Carolina Reginatto,<sup>57</sup> o do setor químico, conforme verificado na pesquisa de Bernardo Poças;<sup>58</sup> bem como o do setor bancário, conforme se vê na pesquisa de Ary Minella.<sup>59</sup>

No outro polo social, o que notamos foi uma ampla repressão sobre a classe trabalhadora. Assim, conforme vimos, houve após o golpe de Estado toda uma série de medidas que inibia a organização e expressão dos movimentos organizados das classes subalternas. Foram impostas leis de limitação do direito de greve, foi implementada a censura à imprensa, foram cortados direitos sociais conquistados anteriormente – como a estabilidade

<sup>55</sup> *O Empreiteiro*. Edições de julho e outubro de 1968, n. 6; 9.

<sup>56</sup> *O Empreiteiro*. Edição de julho de 1968, n. 6.

<sup>57</sup> REGINATTO, Ana Carolina. A nova Constituição e o Código de Mineração de 1967: a consolidação do capital multinacional e associado no setor mineral brasileiro. In: PICCOLO, Monica (Org.). *Ditaduras e democracias no Mundo Contemporâneo*. São Luís: Eduema, 2016. p. 41-72.

<sup>58</sup> POÇAS, Bernardo Galheiro. *1964-1979: a luta pela hegemonia na petroquímica brasileira*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2013.

<sup>59</sup> MINELLA, Ary. *Banqueiros: organizações e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Anpocs; Espaço e Tempo, 1988.

na empresa privada – e foram dilapidadas conquistas anteriormente obtidas, como a valorização do salário mínimo e a aplicação dos direitos previstos na CLT.<sup>60</sup>

No que tange especificamente ao operariado que trabalhava no segmento da indústria da construção, a repressão foi extremamente intensa. Assim, um caso notório foi o do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção de Brasília. Esse sindicato sofreu uma intervenção do governo federal logo após o golpe de Estado. Nele era forte o PCB e o mesmo era conhecido por sua alta combatividade, greves frequentes e atuação política relevante.<sup>61</sup>

Para o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção da Cidade do Rio de Janeiro foi nomeado um interventor ainda em 1964 e foram feitas cassações de operários que atuavam em direções sindicais no ramo da construção civil.<sup>62</sup> A representação dos trabalhadores do ramo da infraestrutura dava-se através do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada (Sintrapav). A ditadura fez intervenções na agremiação, cuja direção não gozava de confiança por parte da base de operários. Não à toa, ao final do regime, muitas das mobilizações de trabalhadores do setor, como os quebra-quebras em Belo Horizonte e nos canteiros de hidrelétricas, como no de Tucuruí, passavam ao largo da orientação e da estrutura do sindicato, parecendo mais fruto de uma organização espontânea dos operários.<sup>63</sup>

### Em vias de conclusão

Conforme podemos ver no quadro abaixo, essas foram as entidades e encontros empresariais criados no âmbito da indústria da construção ao longo da ditadura:

Quadro 2 - Organizações e iniciativas empresariais no âmbito da indústria da construção formadas durante a ditadura civil-militar:

<b>Entidade fundada:</b>	<b>Sigla:</b>	<b>Ano de fundação:</b>
Associação Brasileira de Engenharia Industrial	Abemi	1964
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária	Abes	1966
Sindicato da Construção Pesada de São Paulo	Sinicesp	1967

<sup>60</sup> IANNI, Octavio. *A ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

<sup>61</sup> SOUSA, op. cit.

<sup>62</sup> KLAUSMEYER, Maria Luiza Cristora. *O peão e o acidente de trabalho na construção civil no Rio de Janeiro: elementos para uma avaliação do papel da educação nas classes trabalhadoras*. 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV, Rio de Janeiro, 1988.

<sup>63</sup> *O Empreiteiro*. Edição de maio de 1980, n. 148.

Sindicato da Construção Pesada de Minas Gerais	Sicepot-MG	1968
Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro	Ademi-RJ	1971
Encontro Nacional da Construção	Enco	1972
Associação dos Empreiteiros do Estado do Rio de Janeiro	Aeerj	1975
Associação Brasileira da Indústria Ferroviária	Abifer	1977

Fonte: Referências citadas ao longo deste texto.

A tendência verificada ao longo deste artigo e expressa no quadro acima, de multiplicação e ampliação da rede representativa dos empresários do setor da indústria da construção no âmbito da sociedade civil, também se verifica em outros setores da economia, conforme poder no quadro abaixo:

Quadro 3 - Outras entidades empresariais fundadas no período da ditadura:

<b>Entidade fundada:</b>	<b>Sigla:</b>	<b>Fundação:</b>
<i>Setor bancário:</i>		
Associação de Empresas Distribuidoras de Valores	AEDV	1965
Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança	Abecip	1966
Federação Nacional de Bancos	Fenaban	1966
Associação dos Bancos do Estado de São Paulo	Assobesp	1967
Federação Brasileira de Bancos	Febraban	1967
<i>Setor rural:</i>		
Confederação Nacional de Agricultura	CNA	1964
Organização das Cooperativas do Brasil	OCB	1969
União Democrática Ruralista	UDR	1985
<i>Outros ramos (mineração, indústria e comércio exterior):</i>		
Associação Brasileira da Indústria Química	Abiquim	1964
Associação de Exportadores do Brasil	AEB	1972
Instituto Brasileiro de Mineração	Ibram	1976

Fonte: MINELLA, Ary. Bancos e banqueiros durante os “anos de chumbo”. In: MARTINS; CAMPOS; BRANDÃO, op. cit., p. 103-131; MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010; MORAES, Ana Carolina Reginatto. *A ditadura empresarial-militar e as mineradoras: as relações entre os grandes grupos econômicos da mineração e o regime ditatorial brasileiro (1964-1988)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2018; BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2018; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresários, ditadura e política externa brasileira. *Revista Continentes*, v. 4, p. 1-26, 2014.

O quadro acima indica que o processo de ampliação da classe dominante orgânica no país deu-se em diferentes setores da economia, em particular os que sofreram o impacto de reformas institucionais, como o segmento bancário e o setor rural. Mas houve iniciativas diversas de formação de entidades e as arroladas acima são apenas algumas, para efeito de ilustração. Vê-se que a formação das associações do empresariado ocorreu em diversos momentos da ditadura, seja no período inicial e mesmo nos anos de maior autoritarismo e repressão, como no tempo de vigência do Ato Institucional nº 5, entre 1968 e 1978.

Vimos ao longo deste artigo como se deu um processo de ocidentalização na sociedade brasileira ao longo da ditadura. Utilizando o aparo conceitual gramsciano, verificamos como se deu a formação e organização da sociedade civil brasileira ao longo da história. Assim, percebemos como não parece aplicável a noção de Oriente à formação econômico-social brasileira. Com um desenvolvimento significativo das entidades organizativas das classes dominantes e subalternas ao longo da história, principalmente na primeira metade do século XX, o processo sofreu uma interrupção com o golpe de Estado de 1964. Com a ditadura, houve uma intervenção e repressão às formas de organização dos trabalhadores, ao passo que as associações empresariais não sofreram retaliação e multiplicaram-se ao longo do regime, além de terem acesso direto ao poder e maior capacidade de pressão e influência sobre as agências estatais e políticas públicas.

Notamos para o caso da construção civil que a ocidentalização fez-se valer plenamente nesse setor, com reprodução, fortalecimento e complexificação de rede de entidades organizativas empresariais após o golpe, ao passo que os trabalhadores tinham as suas associações e sindicatos fechados, com intervenção, cassação e outras formas de cerceamento no período. Esse processo dúbio permitia e facilitava a implementação de uma agenda classista no Estado. Assim, as políticas estatais para o setor ao longo da ditadura incluíam reserva de mercado, ampliação das inversões estatais em obras públicas, financiamento subsidiado e isenções fiscais para as empresas e, ao mesmo tempo, arrocho salarial, facilitação de horas extras, fim de direitos sociais, pouca fiscalização dos mecanismos de segurança do trabalhador no ambiente de obra e outras medidas que oneravam os trabalhadores, como a própria distribuição do orçamento mais generoso aos investimentos em infraestrutura do que o aplicado em educação e saúde pública, o que penalizava os que não tinham recursos para custear ensino e proteção privados.

Assim, podemos concluir que o caráter de classe da ditadura, tipicamente empresarial-militar, aparece expresso na forma como o regime lidava com as organizações da

sociedade civil. Facilitando as operações das associações da classe dominante, a ditadura evidenciava assim o seu caráter de classe.

Para além disso, é importante levar em conta que a ocidentalização durante o regime, cuja implementação contou com o apoio e participação dos mecanismos de repressão vigentes, acabou por influenciar a forma como se deu a transição política no país nos anos 1980. Os trabalhadores partiam então de uma situação altamente desfavorável naquele momento, tendo em vista que, enquanto os empresários estavam organizados em numerosas associações e possuíam uma estreita inserção no aparelho de Estado no período, os trabalhadores tinham que construir suas organizações praticamente do início, tendo em vista que as existentes muitas vezes estavam contaminadas com as práticas de intervenção, ingerência e cooptação pela política da ditadura de transformação dos sindicatos em organizações de cunho assistencial e despolitizado. Essas notas talvez possam ajudar a entender certos dilemas que possuímos no processo de transição política, na Nova República e que nos afetam até os dias atuais.